

AFROS & AMAZÔNICOS



PENSAMENTO SOCIOLÓGICO LUSÓNO-AFRICANO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Lusophone-African Sociological Thought and Ethnic-Racial Relations in Brazil: A Study Based on Brazilian Universities

Clara Fassoni Bonachela*

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli**

Resumo: A colonização portuguesa influenciou as relações sociais e econômicas entre Brasil e países africanos lusófonos, estabelecendo hierarquias baseadas na cor da pele, cujos reflexos persistem no racismo e na predominância de referenciais teóricos europeus na academia. Este estudo investigou a contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção do conhecimento sobre relações étnico-raciais brasileiras no ensino superior. Por meio de pesquisa documental, analisaram-se os planos de ensino das disciplinas de Ciências Sociais da UNESP e da USP. Os resultados revelaram apenas seis referências a autores africanos lusófonos na USP e nenhuma na UNESP, além de uma presença limitada de autores africanos não lusófonos (5,4% e 0,74%, respectivamente). A análise destacou a centralidade de temas como colonialismo, identidade e violência nas obras dos autores encontrados, como Carlos Serrano e José Cabaço. Conclui-se que há uma lacuna significativa no diálogo com produções científicas africanas, sugerindo a necessidade de ampliar esse repertório para enriquecer as discussões sobre relações étnico-raciais no Brasil e superar a hegemonia de perspectivas eurocêntricas.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Relações étnico-raciais; Países africanos lusófonos; Lusotropicalismo; Produção do conhecimento.

Introdução¹

A colonização portuguesa, presente na história do Brasil e dos países africanos lusófonos, ainda que em distintos períodos

* Doutorando do programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bacharel em Odontologia pela Universidade de São Paulo (USP), licenciada em Letras Português-Inglês no Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) e Mestre em Ciências Odontológicas Aplicadas pela Universidade de São Paulo (USP).

** Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Ciência Política.

1. A pesquisa é fruto de Iniciação Científica desenvolvida pelos autores no Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), durante os anos de 2022 e 2023. O texto é inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.

e com diferentes objetivos, influenciou não somente as relações econômicas entre esses países e sua metrópole, mas também as relações sociais, por meio do estabelecimento de uma hierarquização dos indivíduos pautada na cor da pele. Esse tipo de distinção, que subjuga grupos outros que não aquele que ocupa a posição de dominação, nada mais é do que uma postura etnocêntrica, isto é, uma visão de mundo que inferioriza todos os valores, modelos e definições de realidade que não sejam os seus. Ela está fortemente arraigada na história das sociedades e articulada por uma série de mecanismos e razões intelectuais, racionais, emocionais e afetivas (ROCHA, 1984 apud NASSARALA, 2012) e reverbera discriminações até os dias atuais, em diferentes âmbitos.

De fato, a sociedade contemporânea brasileira ainda reproduz e legitima uma estrutura hierarquizada rigidamente, “na



qual as etnias [de origem africana] foram ordenadas, de acordo com um sistema de valores discriminatório (...) objetivando manter os segmentos e grupos dominados nas últimas escalas de sua estrutura" (MOURA, 2020, p. 93-94).

Nesse sentido, o estudo procurou responder à seguinte pergunta: é possível delimitar a existência, em âmbito universitário, de um referencial científico sociológico africano acerca das relações étnico-raciais brasileiras? Para tanto, a pesquisa teve como objetivo geral identificar se há contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras em âmbito universitário, o qual pôde ser atendido por meio do alcance aos seguintes objetivos específicos: investigar se há contribuição do pensamento sociológico africano lusófono na construção de conhecimento das relações étnico-raciais brasileiras em cursos de Ciências Sociais de duas das principais universidades públicas do estado de São Paulo e identificar as disciplinas obrigatórias e/ou eletivas dos cursos de Ciências Sociais das IESs selecionadas que contemplam o conhecimento sociológico africano lusófono a respeito dessas relações em sua bibliografia.

O estudo consistiu em uma pesquisa documental, com finalidade descritiva, incidente sobre os planos de disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Ciências Sociais de duas das principais IESs públicas do estado de São Paulo em busca de referenciais africanos lusófonos na bibliografia – a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)² e a Universidade de São Paulo (USP). Essas instituições foram selecionadas dada à expressiva contribuição com a construção do conhecimento científico tanto em cenário nacional quanto internacional.

2. Em específico, foi selecionado o câmpus de Araraquara da UNESP, em virtude da falta de material disponível no sítio web do curso de Ciências Sociais ofertado pelo câmpus de Marília dessa mesma universidade.

A pesquisa documental foi procedida por meio de consulta aos websites institucionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Araraquara, e Universidade de São Paulo (USP), os quais disponibilizam os planos de ensino atuais das disciplinas de seus cursos, entre eles, da graduação em Ciências Sociais. Uma vez consultados, esses planos de ensino foram individualmente tabulados e analisados para encontrar as disciplinas que versassem sobre a temática de interesse, e, posteriormente, quantificadas as referências de autoria africana lusófona encontradas, gerando um número que pudesse ser problematizado posteriormente na discussão.

Palop e Brasil: algumas aproximações

Os países africanos lusófonos referidos neste estudo também podem ser agrupados por meio da sigla Palop, isto é, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, todos independentes de Portugal entre 1973 e 1975 (ARENAS, 2019, p. 25).

Apenas com o intuito de comprovar como podem, ideologicamente, articular-se de maneira notória Palop e Brasil, conforme afirmação de Rolim transcrita logo na seção anterior, recorre-se à citação de quanto o trabalho do já mencionado teórico Gilberto Freyre influenciou, assim como no Brasil, o imaginário dos países africanos de língua portuguesa. Nas palavras de António Tomás, antropólogo e jornalista oriundo de Luanda, Angola, em seu livro *Casa Grande e Senzala*, de 1933, Freyre concebe o povo brasileiro como resultante de uma mestiçagem entre portugueses, indígenas e africanos, fenômeno este que teria se dado em uma espécie de “encontro fraterno entre os povos de três continentes nos trópicos brasileiros” (TOMÁS, 2011, p. 1).

O lusotropicalismo seria, ao mesmo tempo, um conceito, uma teoria, um sistema e um método de colonização consistindo na vocação congênita do português para ser



atraído pela mulher de cor nas suas relações sexuais; o desinteresse do português em relação à exploração económica dos trópicos; a manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais no sentido da mobilidade vertical na vida social e política, donde o corolário: uma parte da Ásia, da África e da América dominada por um pequeno número de portugueses que trariam no sangue a herança tropical de cruzamentos com mouros, revelando a marca de uma unidade de sentimento e de cultura que se chamaria “civilização lusotropical”. (ANDRADE, 1950, p. 28 apud MEDINA, 2000).

Tal concepção, de que os portugueses tinham uma tendência à mestiçagem e que, por isso, teriam praticado uma relação mais amena, cordial e até mesmo de proximidade sexual com os colonizados, foi extrapolada para o colonialismo dos Países da metrópole. De fato,

Desde os começos da Ditadura Militar, e logo depois com o “Estado Novo” salazarista dos anos 30 – com o Acto Colonial desse ano, posteriormente incluído no texto da Constituição de 1933 –, que o discurso colonialista português se baseava essencialmente na ideia de um pretensso direito imperial de conquista, exploração, missionação católica e “civilização” (...) Com o começo da década de 50, (...) recorreu a Ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, agora com o tão sutil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, activa e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre (1900-87). (MEDINA, 2000, p. 49).

Nesse contexto, especificamente entre os cabo-verdianos, o lusotropicalismo provocou uma valorização dessa ideia de mestiçagem, mas com foco positivo na parte europeia (ARENAS, 2019), isto é, no que havia de europeu nessa composição. Ora, esse fenómeno encontra justificativa na forma como se articulavam Cabo Verde e Portugal. É fato que os cabo-verdianos atuavam ao lado de António de Oliveira Salazar, ditador nacionalista português, na administração das outras colónias africanas, passando, devido ao reforço do pensamento lusotropicalista por este governante, a excluir e marginalizar “elementos culturais africanos, assim como os cabo-

-verdianos negros, do ponto de vista ideológico e político, ao mesmo tempo exacerbando as tensões culturais, regionais, raciais e de classe dentro de Cabo Verde desde a época colonial” (GOMES DOS ANJOS; FERNANDES, 2002 apud ARENAS, 2019).

Para Amílcar Cabral, em análise de seu contemporâneo Mário Pinto de Andrade sobre o prefácio escrito pelo primeiro no final da década de 1960 para a obra *A Libertação da Guiné: Aspectos de uma Revolução Africana*, de Basil Davidson, o lusotropicalismo foi, nesse sentido, o fundamento teórico de uma mitologia que funcionou como legitimadora do colonialismo português; “confundindo realidades biológicas, socioeconômicas e históricas, transformou os africanos, habitantes das ‘províncias-colónias de Portugal em felizes habitantes de um paraíso lusotropical’” (ARENAS, 2019, p. 79). Em concordância com Cabral, por quem nutria grande admiração e foi fortemente influenciado (ROCHA E SILVA, 2016), Mário Pinto de Andrade foi o responsável por inaugurar a tradição sociocultural do saber endógeno na sociologia durante a segunda metade do século XX, tornando-se, assim, “o fundador da sociologia angolana e um dos precursores do pensamento sociológico africano” (KAGIBANGA, 1997/1998, p. 286).

Em verdade, foi o primeiro africano a questionar o lusotropicalismo de maneira explícita e assumida politicamente, muito embora utilizando o pseudônimo Buanga Fele em sua publicação na revista parisiense *Présence Africaine*, no ano de 1955, intitulada *Qu’est-ce que le lusotropicalisme?*. Natural de Galungo Alto, em Angola, do ano de 1928, o autor dessa crítica partira para estudar na Faculdade de Letras de Lisboa e lá tivera a oportunidade de conviver com intelectuais importantes, como o próprio Amílcar Cabral, que acaba de ser mencionado, Agostinho Neto e Eduardo Mondlane, e fundou o Centro de Estudos Africanos em 1951 (MEDINA, 2000). Ele afirmara que “nunca houve um ‘casamento de culturas’ nos países africanos coloni-



zados por Portugal, mas sim ‘uma relação entre cultura dominante e culturas dominadas’” (1955, p. 34 apud ARENAS, 2019, p. 77-78). Recorrendo ao censo populacional de 1955 das colônias portuguesas, ele contrastou, em números, a quantidade de habitantes europeus, mestiços e nativos “indígenas” e “assimilados”, desmentindo, em uma diferença de milhões, a ínfima assimilação que houvera³.

Assim,

O que se observava na África portuguesa não fora a mestiçagem, mas antes o *racismo*, uma vez que o estatuto do *assimilado* exigia que este só podia ser considerado tal se tivesse frequentado uma escola secundária ou comercial e falasse corretamente o português. Os contratados, por seu lado, prolongavam ali o velho trabalho escravo. (MEDINA, 2000, p. 53).

Ainda, de acordo com Maria da Conceição Neto (1997 apud ARENAS, 2019), por trás do discurso colonial de integração, promovido por Salazar, o aumento do influxo de europeus para as colônias só fazia aumentar a segregação racial, tanto para os negros quanto para os mestiços (THOMAZ, 2002 apud ARENAS, 2019). Segundo dados também trazidos na publicação de Mário Pinto de Andrade na revista *Présence Africaine*, em Angola, a população era de 4.145.266 habitantes, na qual os negros somavam 4.036.687 e os assimilados apenas 30.089, além de que a população branca crescera 79% no país, em contraste com a indígena, que aumentara apenas 10% (MEDINA, 2000). Em Moçambique, fenômeno semelhante também pôde ser evidenciado pelo autor por meio dos números. Em um total de 5.732.317 habitantes, apenas 4.349 eram assimilados, em comparação com os indígenas, ou

3. Por exemplo, na Guiné-Bissau, os habitantes somavam 510.777, sendo os assimilados apenas 1.478 (MEDINA, 2000). O país de Cabral era dividido, associada à divisão entre brancos, mestiços e negros, em categorias sociais: não civilizados e civilizados, estes correspondendo a apenas 1,6% da população na década de 1950 (TÉ, 2016). “As autoridades de Lisboa decretavam ‘não civilizadas’ as populações indígenas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas não de Cabo Verde.” (MENDY, 2012, p. 22 apud TÉ, 2016, p. 33).

nativos “não civilizados”, que se reuniam em 5.640.363 habitantes (MEDINA, 2000, p. 52).

Por outro lado, no Brasil, também se verificou, a partir de pesquisas financiadas pela Unesco em um período posterior à Segunda Guerra Mundial, “que os níveis de preconceito eram muito altos e o mito da democracia racial era mais um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio, quer social, cultural ou econômico” (MOURA, 2020, p. 56). Nesse sentido, já afirmava o mesmo autor, Clóvis Moura (2020, p. 99-100), que a

herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil. O sistema classificatório que o colonizador português impôs, criou a categoria de *mulato* que entra como dobradiça amortecedora dessa consciência. O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior; assimilando a ideologia étnica do dominador, e servir de anteparo contra essa tomada de consciência geral do segmento explorado/discriminado.

Avançando no tempo, as lutas de libertação dos Palop concretizaram-se e, com isso, forneciam um modelo “cultural e racialmente negro” ao Brasil; entretanto, também chamava a atenção em termos de racismo e “colonialismo” para uma situação análoga ao país (ALBERTO, 2011 apud ARENAS, 2019). Então, quando independentes, o Brasil foi um dos primeiros a reconhecê-los e articular relações mais diretas com eles. Não entrando no mérito dos verdadeiros propósitos dessa aproximação, é fato que os intercâmbios aumentaram, no que a língua portuguesa está sempre presente (ARENAS, 2019).

Em suma,

Os países da África Lusófona representam formações sociais com divergências



e semelhanças entre si e em relação ao restante da África em termos de seus interesses políticos, potencial e prioridades econômicos (...). Ao mesmo tempo, não estão desligados do Ocidente de forma geral (...) ou de sua antiga metrópole ou do Brasil, com quem mantêm relações relativamente ricas e diversificadas, e onde as diásporas do colonialismo e escravidão persistem e, em alguns casos, prosperam. (ARENAS, 2019, p. 137).

Análise documental dos planos de Ensino do curso de Ciências Sociais da USP e da UNESP-Araraquara

A pesquisa documental foi efetuada por meio do levantamento dos planos de ensino das disciplinas oferecidas pelos cursos de Ciências Sociais da USP e da UNESP, câmpus de Araraquara. Essa última foi selecionada devido à maior disponibilidade dos materiais em seu website institucional, ao contrário do outro câmpus em que o curso é oferecido – Marília –, cujo sítio web apresenta apenas a grade disciplinar, sem disponibilização dos planos específicos.

Todos os planos de ensino das disciplinas oferecidas para esses cursos de graduação foram acessados individualmente, e os dados coletados foram devidamente tabulados por meio do software Microsoft Excel versão 16.59, distribuídos em 5 colunas, sendo elas: código e nome da disciplina (coluna A); objetivos (coluna B); ementa (coluna C); referências bibliográficas (coluna D); e disponibilização – obrigatória ou eletiva (coluna E). As disciplinas oferecidas pela USP contabilizaram 220, ao passo que as ofertadas pela UNESP, 65, totalizando um número de 285 planos de ensino coletados.

Por meio da ferramenta de busca oferecida pelo próprio software, foram identificadas as disciplinas que abordavam a temática das relações étnico-raciais com a inserção dos seguintes termos-chave: “étnico-racial”; “pós-colonial”; “África”; “sociologia” e “decolonial”. É importante ressaltar que os três primeiros deles foram consultados também em possíveis variações ortográficas, sendo elas: “étnico-raciais”, “et-

nico-racial”, “étnico-raciais”, “étnicorracial”, “étnicorraciais”, “eticorracial”, “eticorraciais”, “pós-coloniais”, “pós colonial”, “pós coloniais”, “pos colonial”, “pos coloniais”, “pos-colonial”, “pos-coloniais” e “africa”.

Como o termo étnico-racial e suas variações não foram localizados, alterou-se a busca para as palavras “étnico”, “étnica” e seus plurais, além de “racial” e “raciais”, todas as quais foram encontradas e selecionadas. Quanto ao termo “sociologia”, devido à sua grande abrangência (pouca especificidade isoladamente), só foram incluídas na seleção as disciplinas que possuíam o termo associado a pelo menos um dos outros.

Outro fator que direcionou a seleção foi a presença dessas palavras nas colunas B e C, sendo excluídas aquelas que apareceram apenas nas colunas A e D. Na coluna E, nenhuma delas pôde ser encontrada, uma vez que o campo era restrito a identificar as disciplinas apenas em “obrigatória” e “eletiva”.

No curso de Ciências Sociais da USP, da busca realizada, resultaram apenas 29 das 220 disciplinas oferecidas pela USP, todas elas eletivas. Puderam ser incluídas, entretanto, somente 26 delas, uma vez que, em leitura total das colunas B e C, 3 revelaram não versar especificamente sobre a temática de interesse desta pesquisa. A Tabela 1 reúne as disciplinas selecionadas, identificadas por seus respectivos códigos, nomes e disponibilização.

Tabela 1. Disciplinas selecionadas para análise das referências bibliográficas, USP

Código e Nome da Disciplina	Disponibilização
FLA0396 – Tópicos de Antropologia: Marcadores Sociais da Diferença II*	Eletiva
FSL0524 – Desigualdade: Conceito, Mensuração e Novas Abordagens	Eletiva
FSL0537 – Desenvolvimento Econômico e Mudança Social*	Eletiva
FLA0318 – Antropologia da Sociedade Multi-racial Brasileira: O Segmento Negro*	Eletiva
FLA0327 – Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana*	Eletiva



FLA0387 – Antropologia das emoções: modos de (re)construção e de regulação da vida social*	Eletiva
FSL0611 – Estrutura de Classes e Estratificação Social	Eletiva
FLA0332 – Uma História da Antropologia Brasileira	Eletiva
FLA0373 – Tópicos de Antropologia das Populações Afro-brasileiras e Africanas*	Eletiva
FLP0449 – Temas do Pensamento Político Latino-Americano	Eletiva
FLA0358 – Antropologia e Direito*	Eletiva
FLA0395 – Antropologia da guerra*	Eletiva
FLA0403 – Pensamento Social Caribenho: Racialidade, Cultura e Poder*	Eletiva
FSL0629 – Sociologia Das Relações Raciais No Brasil	Eletiva
FSL0638 – Sociologia Econômica	Eletiva
FLA0406 – Tópicos de Antropologia Política*	Eletiva
FLA0382 – Antropologia das Emoções: Modos de (re)construção e de Regulação da Vida Social*	Eletiva
FLA0337 – Do Afro ao Brasileiro: Religião e Cultura Nacional	Eletiva
FLA0315 – Estrutura Social e Etnologia Sul Americana: Balanço Crítico e Novas Abordagens	Eletiva
FLP0473 – Política Comparada Global: Porque Algumas Sociedades são mais Pacíficas, Democráticas, Ricas e Igualitárias do que Outras	Eletiva
FLA0335 – Antropologia e Desenvolvimento	Eletiva
FLA0354 – Nascimento da Antropologia Cultural: Franz Boas, a Noção de História, Raça e Cultura	Eletiva
FSL0658 – Tópicos em Sociologia e Questão Racial	Eletiva
FSL0653 – Moralidade, Opinião Pública e Marcadores Sociais da Diferença*	Eletiva
FSL0654 – Raça, Desigualdade e Política no Brasil Contemporâneo	Eletiva
FLA0363 – Raça, Sexualidade e Identidade Nacional*	Eletiva

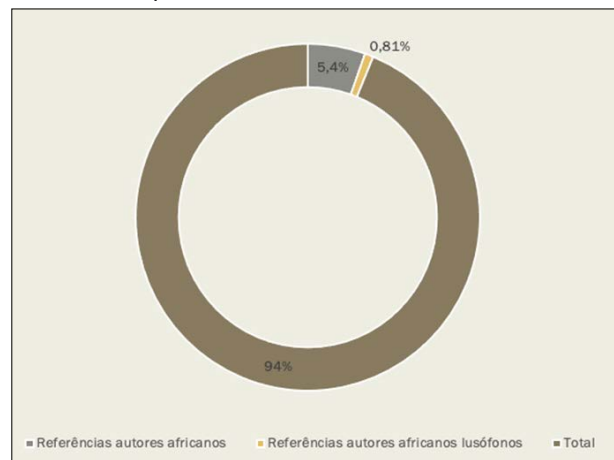
Fonte: elaboração própria (2023), em que * sinaliza disciplinas com referências de autores africanos em geral.

Cada uma delas teve sua bibliografia consultada individualmente para a contabilização do número total de referências e análise da nacionalidade dos autores. Esse processo revelou um conjunto de 740 referências bibliográficas, entre as quais constavam 46 africanas, distribuídas em 13 disciplinas. No entanto, leituras de

autoria africana especificamente lusófona foram apenas 6, ao passo que as demais 40 eram de autores africanos, mas provenientes de outros países que não os Palop.

A Figura 1 apresenta um gráfico com o panorama das referências de autores africanos lusófonos e outras referências de autoria africana, frente ao total. Submetidos à análise estatística simples, esses valores representam, em porcentagem, respectivamente 0,81%, 5,4% e 6,21%.

Figura 1. Porcentagem de referências africanas lusófonas e de outra autoria africana frente ao total de disciplinas, Universidade de São Paulo



Fonte: elaboração própria (2022).

Sobre as seis referências de autores africanos lusófonos, cinco pertenciam a Carlos Moreira Henriques Serrano, proveniente de Angola, e uma a José Luís de Oliveira Cabaço, de Moçambique. As cinco primeiras faziam parte da bibliografia de apenas uma disciplina – FLA0327 – Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana –, e a última constava nas referências bibliográficas de outra – FLA0395 – Antropologia da Guerra –, ambas contando também com pelo menos mais uma obra de autor africano não lusófono. Devido a essa pouca expressividade em relação ao total, ambos os estudiosos encontrados são abordados em maior detalhe na discussão dos resultados.

Por sua vez, no curso de Ciências Sociais da UNESP, câmpus de Araraquara, puderam ser selecionadas somente 11 das 65 disciplinas oferecidas pelo curso e, após a leitura completa das colunas B e C, apenas 10 foram consideradas pertinentes. Desse conjunto, 8 disciplinas eram mi-



nistradas em regime obrigatório e 2 eram eletivas, conforme se verifica na Tabela 2.

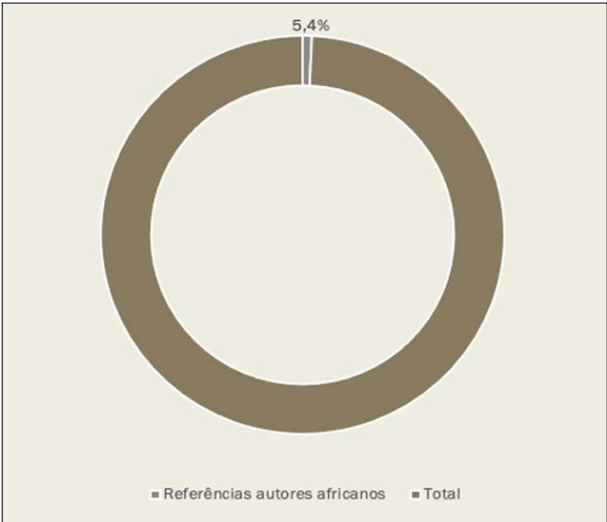
Tabela 2. Disciplinas selecionadas para análise das referências bibliográficas, UNESP

Código e Nome da Disciplina	Disponibilização
APF9845 Introdução a Antropologia	Obrigatória
ECO1260 História Geral*	Obrigatória
APF9853 Fundamentos do Evolucionismo	Obrigatória
ECO1294 História do Brasil	Obrigatória
SOC1244 Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira	Obrigatória
APF9039 Antropologia Brasileira	Obrigatória
APF9055 Pensamento Político no Brasil	Obrigatória
SOC1236 Sociologia Brasileira	Obrigatória
APF3014 – Geografia e Meio Ambiente	Eletiva
SOC3093 – O Fenômeno do Populismo Contemporâneo*	Eletiva

Fonte: elaboração própria (2022), em que * sinaliza disciplinas com referências de autores africanos em geral.

Foi consultada a lista de referências bibliográficas de todas as disciplinas em busca de autores africanos lusófonos, entretanto nenhum foi encontrado, entre as 269 obras. Apenas duas, uma em cada disciplina, conforme consta sinalizado na Tabela 2, continham autores africanos, mas oriundos de países que não os Palop. Logo, pôde-se verificar que, estatisticamente, havia somente cerca de 0,74% de referencial africano na bibliografia abordada pelo curso, como demonstrado no gráfico da Figura 2.

Figura 2. Porcentagem de referências de outra autoria africana frente ao total de disciplinas, UNESP, câmpus de Araraquara



Fonte: elaboração própria (2022).

Discussão dos resultados

Em vista de terem sido encontradas escassas referências a autores africanos lusófonos, é importante, primeiramente, discutir alguns dados desses autores, associados a reflexões sobre sua presença na bibliografia dos planos de ensino.

O primeiro autor, Carlos Moreira Henriques Serrano, nasceu em 1942, em Angola, e foi professor da Universidade de São Paulo de 1976 até 2011, vinculado à área da Antropologia, ministrando várias disciplinas para graduação e pós-graduação (SERRANO, 2015). Participou ativamente da luta pela independência das colônias portuguesas na África, desde que, na passagem dos anos cinquenta para os sessenta, ingressou na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, e depois foi, juntamente com muitos dos seus conterrâneos, obrigado ao exílio político em Paris, Argel e Lausanne, e à incessante busca de uma nova identidade baseada nos valores e princípios de todos aqueles da terra natal (CUNHA, 2011, p. 327).

Entre as obras de sua autoria que constavam no plano de ensino da disciplina FLA0327 – *Introdução à Etnologia da África Sub-Saariana*, estavam: *Os Senhores da Terra e os Homens do Mar, Antropologia Política de um Reino Africano* (1983); *O processo de constituição dos Estados Nacionais e as questões culturais* (1992); *A Revolta dos Colonizados. O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia* (1995, com Kabengele Munanga); *Memória D'África. A temática africana na sala de aula* (2008); e *Angola: Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional* (2009, com Maurício Waldman).

Como informa seu currículo na plataforma Lattes (SERRANO, 2015), o próprio estudioso ministrava, quando em atividade, a disciplina em que se situavam essas obras de sua autoria. Tal consideração é importante, pois sugere que, ao mesmo tempo em que é válido se basear na sua própria produção acadêmica para versar



sobre assunto que envolve a África Sub-Saariana, sendo ele homem dessa mesma África, portanto com domínio e muitos anos de estudo sobre a temática, deixa evidente que, na instituição acadêmica de que faz parte, seu trabalho não ultrapassaria as barreiras de sua sala de aula para basear estudos ou discussões promovidas por outros professores do curso quando em momentos do pensar as relações étnico-raciais no Brasil.

Já o também antropólogo José Luís de Oliveira Cabaço era um autor debatido na disciplina FLA0395 – *Antropologia da guerra*. A obra encontrada na bibliografia consiste em sua tese de doutoramento em Antropologia no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esse estudo foi orientado pelo professor doutor Kabengele Munanga, naturalizado brasileiro desde 1985, mas também africano, de origem congoleza, que teve sua trajetória na universidade de 1980 a 2012, atuando, sobretudo:

nas áreas de Antropologia da África e da População Afro-Brasileira, com enfoque nos seguintes temas: racismo, políticas e discursos antirracistas, negritude, identidade negra versus identidade nacional, multiculturalismo e educação das relações étnico-raciais (...) como Diretor do Museu de Arqueologia (...) e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. (MUNANGA, 2022, p. 1).

A ideia do estudo, intitulado *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, foi inicialmente concebida por ocasião da participação de Cabaço em um seminário de três meses na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que, de acordo com ele, experienciou uma pesquisa em que se beneficiou “da viva interlocução motivada pela paixão pela África” entre ele e Marcelo Bittencourt (CABAÇO, 2007).

Em linhas gerais, a tese debruçou-se sobre os cem anos que antecederam a independência de Moçambique, que se deu em 1975, com o objetivo de refletir multidisciplinarmente sobre as políticas de

identidade promovidas pela Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO – em oposição às do estado colonial português. Entre elas, o estudioso discute acerca do lusotropicalismo, já abordado na revisão bibliográfica da presente pesquisa, do lado português, em contraste “à política de identidade nacional proposta pela FRELIMO, foi privilegiada pela pesquisa e dialética que ela estabelece com as sociedades tradicionais” (CABAÇO, 2007, p. 12).

É importante mencionar, assim, que está alinhada à ementa e aos objetivos da disciplina na qual o estudo estava presente, em que se afirmava pretender observar “o lugar dos conflitos armados, da guerra e das violências física e simbólica na produção do saber antropológico, tendo como foco específico, mas não exclusivo, os trabalhos produzidos em diferentes países do continente africano.” (JÚPITER, 2022, p. 1). Além disso, em seus objetivos, estava registrado que o que direcionava o curso seguia “as provocativas reflexões de Jacklyn Cock em *The Place of Gender in a Demilitarisation Agenda*, no sentido de questionar e refletir sobre o lugar do militarismo na produção e na solução não somente de conflitos, mas igualmente da violência e da desigualdade social e de gênero.” (JÚPITER, 2022, p. 1).

Tais transcrições transparecem uma característica comum a muitos nomes africanos conhecidos na esfera intelectual: o seu vínculo a conflitos armados vividos em seus próprios países, assim como podemos elencar o próprio Carlos Serrano, outrora referido, antes de iniciar sua vida acadêmica associada à Universidade de São Paulo.

Quanto às referências de autores africanos provenientes de países que não os Palop, muito embora não sejam alvo do presente estudo, podemos afirmar que também se fazem presentes infimamente – 5,4% no curso de Ciências Sociais da USP e 0,74% na UNESP, câmpus de Araraquara.

Buscando problematizar essa escassez de autores africanos, maior ainda



quando consideramos os lusófonos, denunciada pelos resultados da pesquisa, podemos valer-nos das considerações de Lourenço do Rosário, um importante nome entre essas ausentes referências.

Lourenço Joaquim da Costa Rosário, nascido em Sofala, Moçambique, é doutor em Literaturas Africanas, Reitor da Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, em Moçambique, e Professor Titular da Universidade Eduardo Mondlane, entre outros cargos de liderança que ocupa envolvendo o âmbito acadêmico (ROSÁRIO, 2010), sendo, pois, figura importante e respeitada na produção e promoção do conhecimento científico na área das Ciências Humanas e Sociais.

Embora não estivesse presente diretamente na bibliografia das disciplinas verificadas, participou do Exame de Qualificação da tese de José Cabaço, de modo a contribuir com o avanço de sua pesquisa (CABAÇO, 2007).

De todo modo, entre as produções de sua autoria, o livro *Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura*, publicado em 2010, reúne uma série de textos elaborados pelo autor em diferentes ocasiões e para diferentes propósitos, desde aqueles publicados em jornal até os que foram escritos para serem discursados em datas significativas perante público acadêmico.

Nele, em meio a diversas considerações importantes acerca da área da Literatura oral e escrita em Moçambique, bem como aspectos sobre a Língua Portuguesa, o autor volta-se à história e a aspectos sociais do país, desenvolvendo reflexões teóricas que podem ser utilizadas para discutirmos os resultados do presente estudo.

Primeiramente, pode-se mencionar o que o estudioso acredita estar na essência da falta de conhecimento, até mesmo dentro do seu próprio país, sobre estudiosos africanos. Tratar-se-ia de um olhar dos próprios conterrâneos voltado para fora de seu país, somado ao fato de que aqueles poucos que poderiam ser considerados importantes estão majoritariamente vincu-

lados à esfera política, não somente à produção de conhecimento acadêmico (ROSÁRIO, 2010).

Em reflexão epistemológica que tece sobre o fenômeno da Globalização, afirma:

O grande defeito que detecto nas nossas reflexões sobre esta situação em que nos encontramos, é que não conseguimos libertar-nos da linha de pensamento dos grandes filósofos e outros teóricos da economia, da política e das demais Ciências Sociais e Humanas que no século XIX e até antes dirimiram as suas ideias sobre uma situação muito concreta, que já não é a nossa, Marx, Max Weber, Adam Smith, Leão XII e os demais enciclopedistas que inspiraram grande avanço no saber e no pensamento dos três séculos agitados no Ocidente. (ROSÁRIO, 2010, p. 60-61).

Para completar, conclui que

a política e o discurso político se sobrepujaram à reflexão cultural à volta desse debate [colocar a África no concerto das nações respeitadas no mundo]. Assim, encontraremos nomes como Kwame N'krumah, Abdul Nasser, Julius Nyerere, Sekou Touré, Leopold Senghor, como os nomes mais citados na história de África, sendo todos eles políticos. (ROSÁRIO, 2010, p. 80).

Por outras palavras, o que se verificava pelo autor, ao menos à época, e era por ele afirmado seria a estagnação das análises sociológicas, que continuavam se pautando apenas nos estudiosos ocidentais do século XIX, e o consequente desconhecimento de autores africanos lusófonos que discutissem a temática sem estarem imediatamente ligados ao cenário político de seus países.

Quase uma década depois, sua ausência é revelada ainda, ao menos no contexto investigado, pela consulta aos planos de ensino das disciplinas analisadas, o que pode ir ao encontro dessas reflexões. É possível que, desse panorama problematizado por Rosário, seja uma consequência menos imediata e próxima, – mas ainda assim consequência – a ser mais profundamente investigada em futuros estudos.

De todo modo, tal falta reflete na não aproximação dos estudantes sequer de



nomes como esses que, embora ligados à luta pela libertação nacional de suas terras natais, têm convicções advindas de suas vivências nesses países e análises da realidade local capazes de trazer muitos pontos de articulação com a realidade brasileira – alguns já mencionados na seção quatro desta pesquisa, como Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral – ou mesmo impossibilita a descoberta de outros estudos que trariam, eventualmente, ricos ou consideradas menos subjetivas análises sobre a temática investigada.

Considerações finais

O presente estudo revelou que, em duas das principais universidades públicas do estado de São Paulo, há inexpressiva contribuição de referenciais africanos lusófonos na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, assim como de produções com outra autoria africana, não proveniente dos Palop.

Na Universidade de São Paulo, foram encontradas apenas seis referências de autores africanos lusófonos em somente dois planos de ensino das disciplinas verificadas, sendo cinco de Carlos Henrique Serrano e uma de José Cabaço, ao passo que, na UNESP, câmpus de Araraquara, nenhuma constava nos planos. Sobre outros autores africanos, o número percentual de sua presença foi também ínfimo – respectivamente, 5,4% e 0,74%.

Ainda que de maneira pouco aprofundada, as discussões do resultado desta pesquisa documental trouxeram algumas reflexões sobre as contribuições dos autores Serrano e Cabaço.

Quanto às referências atribuídas a Carlos Serrano, verificou-se a centralidade na temática de África, entretanto em disciplina por muitos anos pelo autor mesmo ministrada, o que revela maior restrição de sua abrangência, mesmo na universidade em que esteve assentado durante grande parte da carreira.

Com relação a José Cabaço e sua Tese de Doutorado, foi observado que se

concentrava nos cem anos que antecederam a independência de Moçambique e estava presente em disciplina que visava ao estudo do saber antropológico produzido em – portanto potencialmente influenciado por – cenários de violência armada, física ou mesmo simbólica e a possibilidade de seu envolvimento na promoção de desigualdades sociais.

E, com vistas a compreender a escassez referencial investigada, trouxemos as considerações do estudioso moçambicano Lourenço do Rosário sobre a produção desse conhecimento em África, as quais arriscou-se extrapolar para o panorama brasileiro constatado. Por fim, denunciávamos alguns dos desdobramentos dessa ausência para a produção do conhecimento sociológico na temática de interesse.

Logo, guardadas as devidas limitações do objeto de estudo, que, bem se sabe, podem não refletir de maneira extremamente fiel e precisa a realidade da sala de aula universitária, foi demonstrado que a discussão das relações étnico-raciais no âmbito universitário brasileiro pertinente não contam com significativa contribuição de saberes produzidos por autores africanos lusófonos.

Assim, acredita-se que esse estudo, por ter denunciado a falta da referida bibliografia científica, possa contribuir para dar início à investigação das definitivas causas dessa ausência e suas reais consequências para a produção do conhecimento científico na área.

Referências

ARENAS, F. **África lusófona: além da independência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

CABAÇO, J. O. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, D. O. SERRANO, Carlos. **Angola, nascimento de uma nação: um es-**



tudo sobre a construção de identidade nacional. Luanda: Edições Kilombelembe, 2009. **Cadernos de Campo**, n. 20, 2011.

KAGIBANGA, V. A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade: uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa do 2º volume da obra **Origens do Nacionalismo Africano**. **Revista Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo**, v. 20-21, 1997/1998.

MEDINA, J. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**, n. 45, p. 48-61, mar./maio 2000.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 1-10, dez. 2015.

MUNANGA, K. **Kabengele Munanga**. Currículo Lattes. [13 maio 2022]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 11 set. 2022.

NASSARALA, N. L. R. Ensino de história e conceitos: aprendizagem significativa e cultura afro-brasileira. In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; ZANLOCHI, T. S. (org.). **As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África**. Bauru: Edusc, 2012.

ROCHA E SILVA, A. J. S. **A ciência social também é negra! O caso de Mário Pinto de Andrade**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

ROLIM, G. K. Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral. In: MACEDO, J. R. (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

ROSÁRIO, L. **Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura**. Belo Horizonte: Nadyala, 2010.

SERRANO, C. M. H. **Carlos Moreira Henriques Serrano**. Currículo Lattes. [25 maio

2015]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 11 set. 2022.

TÉ, D. **A teoria como arma de luta: unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

TOMÁS, A. Quem tem medo da lusofonia? **Buala**, [s.l.], jan. 2011. Disponível em: <https://www.buala.org>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação. **Disciplina: FLA0395 – Antropologia da Guerra**. Jupiterweb. [15 jul. 2016]. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br>. Acesso em: 11 set. 2022.

-----//-----

Abstract: Portuguese colonization influenced the social and economic relations between Brazil and Portuguese-speaking African countries, establishing hierarchies based on skin color, whose repercussions persist in racism and the predominance of European theoretical frameworks in academia. This study investigated the contribution of Lusophone African sociological thought to the construction of knowledge about Brazilian ethnic-racial relations in higher education. Through documentary research, the teaching plans of Social Sciences courses at UNESP and USP were analyzed. The results revealed only six references to Lusophone African authors at USP and none at UNESP, in addition to a limited presence of non-Lusophone African authors (5.4% and 0.74%, respectively). The analysis highlighted the centrality of themes such as colonialism, identity, and violence in the works of authors like Carlos Serrano and José Cabaço. It is concluded that there is a significant gap in the dialogue with African scientific productions, suggesting the need to expand this repertoire to enrich discussions on ethnic-racial relations in Brazil and overcome the hegemony of Eurocentric perspectives.

Keywords: Social Sciences; Ethnic-racial relations; Portuguese-speaking African countries; Lusotropicalism; Knowledge production.

Resumen: La colonización portuguesa influyó en las relaciones sociales y económicas entre Brasil y los países africanos lusófonos, estableciendo jerarquías basadas en el color de la piel, cuyos reflejos persisten en el racismo y en el predominio de referenciales teóricos europeos en la academia. Este



estudio investigó la contribución del pensamiento sociológico africano lusófono en la construcción del conocimiento sobre las relaciones étnico-raciales brasileñas en la educación superior. A través de una investigación documental, se analizaron los planes de enseñanza de las disciplinas de Ciencias Sociales de la UNESP y la USP. Los resultados revelaron solo seis referencias a autores africanos lusófonos en la USP y ninguna en la UNESP, además de una presencia limitada de autores africanos no lusófonos (5,4% y 0,74%, respectivamente). El análisis destacó la centralidad de temas como el colonialismo, la identidad y la violencia en las obras de autores como Carlos Serrano y José Cabaço. Se concluye que existe una brecha significativa en el diálogo con las producciones científicas africanas, lo que sugiere la necesidad de ampliar este repertorio para enriquecer las discusiones sobre las relaciones étnico-raciales en Brasil y superar la hegemonía de las perspectivas eurocéntricas.

Palabras clave: Ciencias Sociales; Relaciones étnico-raciales; Países africanos lusófonos; Lusotropicalismo; Producción del conocimiento.

Recebido em 03 novembro de 2024.

Aceito em 15 de dezembro de 2024.